

VÍDEO DIDÁTICO COMO TECNOLOGIA AUDIOVISUAL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICO-METODOLÓGICAS

Marcos Pereira dos Santos*
mestrepedagogo@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo efetuar reflexões sobre o vídeo didático como tecnologia audiovisual em termos de seus antecedentes históricos e suas implicações pedagógico-metodológicas na educação escolar. Para tanto, inicialmente são apresentadas algumas definições conceituais de vídeo e um breve panorama histórico deste recurso como tecnologia audiovisual. Em seguida, tecemos comentários referentes a alguns cuidados básicos para o uso de vídeos didáticos no processo ensino-aprendizagem, particularmente no que diz respeito às fontes primárias de pesquisa, bases legais, informações veiculadas, linguagens empregadas, condições da sala ambiente e qualidade de som e imagem. Por fim, busca-se trazer à discussão questões concernentes às formas de utilização prática e os principais critérios de análise para exibição de vídeos didáticos na escola, tendo em vista suas implicações pedagógico-metodológicas – potencialidades e limitações – nesse contexto.

Palavras-chave: vídeo didático; televisão; recursos audiovisuais; tecnologias educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Embora os meios gráficos de informação e comunicação há muitas décadas estejam presentes no contexto social, as influências das tecnologias audiovisuais no âmbito escolar somente começaram a ser investigadas com maior profundidade no início da década de 1990.

Alguns estudiosos do campo da Educomunicação consideram essas tecnologias instrumentos de dominação, onipotentes, manipuladores e até deformadores da realidade. Durante muito tempo essas concepções foram alimentadas pela chamada “teoria da manipulação em comunicação”, que realizava a análise das mensagens transmitidas através da televisão, do vídeo e de outros recursos audiovisuais (ROMAN, 2004). É certo que, às vezes, os mesmos podem até assumir essa postura; no entanto, também nos permitem ter acesso a inúmeras formas de “ver”, “ouvir” e “ler” o mundo.

* Doutorando em Educação Religiosa, linha de pesquisa “Cultura Geral”, pela Faculdade de Educação Teológica Fama (FATEFAMA). Mestre em Educação, especialista em Gestão Escolar, especialista em Educação Matemática e licenciado em Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE). Pesquisador da área educacional, escritor, poeta, cronista e articulista. Membro correspondente da Academia de Letras de Teófilo Otoni – ALTO (MG). Professor adjunto da Faculdade Sagrada Família (FASF), junto a cursos de graduação (bacharelado/licenciatura) e pós-graduação *lato sensu*, em Ponta Grossa (PR).

Nesse sentido, o presente artigo busca trazer à discussão algumas questões referentes ao vídeo didático como tecnologia audiovisual, especificamente no que diz respeito aos antecedentes históricos e às implicações pedagógico-metodológicas desse recurso no processo ensino-aprendizagem; uma vez que o mesmo pode se constituir em excelente material auxiliar e de apoio ao trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula no contexto da Educação Básica escolar.

2 O QUE É VÍDEO?

Antes de iniciar nossa viagem de retorno ao passado histórico, faz-se necessário primeiramente tecer alguns comentários sobre o significado da palavra “vídeo”, a qual em sentido etimológico provém de “ver”. O conceito é antigo, pois tudo indica que tenha tido origem com o surgimento da televisão eletrônica na década de 1930, cuja transmissão de sinais eletrônicos era feita a partir da divisão de dois circuitos que tinham o nome, em inglês, de *áudio* (som) e *vídeo* (imagem). Dessa forma, vídeo é energia sob a forma de impulsos elétricos que podem ser observados em um aparelho exibidor de onda. Vídeo não é a imagem, mas o mecanismo para registro analógico de imagens codificado eletronicamente.

Com base nessa definição, pode-se dizer, portanto, que “videocassete” é:

[...] a fita magnética que contém registros de sinais de vídeo (imagens), embutida num cartucho ou caixa (*cassette*, em francês). É também o estojo que condiciona o videoteipe (VT) – suporte magnético capaz de registrar e reproduzir sinais de áudio e vídeo – ou ainda o instrumento que permite parar em uma determinada imagem, avançar imagem por imagem e movimentar-se para frente e para trás; podendo assim ser considerado uma das mais importantes invenções da história da humanidade, por sua incrível capacidade de revelar aspectos que a “olho nu” poderiam passar despercebidos. (LONGHI, 1985, p.28)

Convém destacar que um dos aspectos fundamentais do videoteipe – e de sua versão *cassette*, o videocassete – é sua capacidade de manipulação dos registros. Se o cinema iniciou o processo de representação da passagem do tempo, com a projeção de imagens em sequência, criando a ilusão do movimento; o videoteipe, por sua vez, inaugurou uma nova era, com a capacidade de manipular quase que simultaneamente as imagens projetadas, por meio do *replay*.

O videocassete, desse modo, não é somente a fita magnética. Ele é também o nome pelo qual é conhecido o aparelho utilizado para transformar em imagens (vídeo) e sons (áudio) os registros magnéticos armazenados na fita. Logo, nada tem a ver com o registro

cinematográfico como muitos pensam. Dizemos isso, porque o vídeo emprega registro eletromagnético (gravação), ao passo que o filme cinematográfico emprega registro fotoquímico (grafia), ou seja, emulsão fotossensível.

De acordo com Jatalon (1991), hoje vídeo não é mais televisão. Em termos populares, vídeo se refere ao *homevídeo*, neologismo que teve origem na indústria de entretenimento – “*home video*” ou “*hv*”, na terra de *Hollywood* – e que se propagou pelas videolocadoras, presentes em praticamente todas as cidades do país. Certamente não é apenas com fitas alugadas que o aparelho de videocassete opera. Por isso, vídeo é mais abrangente que *homevídeo*, embora este último tenha maior expressão econômica.

3 VÍDEO COMO TECNOLOGIA AUDIOVISUAL: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

Para que se possa ter uma visão panorâmica do grau de abrangência do vídeo, é interessante lembrar como esse recurso apareceu no cenário tecnológico, pois com o advento desse audiovisual e a formulação de um projeto de lazer doméstico, são reabertos os debates sobre duas questões sucessórias básicas: 1ª) Desperta, por fim, um veículo capaz de reivindicar de forma consciente a herança patrimonial do cinema? 2ª) Emerge um meio de transporte de imagens apto a sintetizar com propriedade a televisão e o cinema, os dois grandes encantos das massas populares?

Na verdade, a discussão sobre essa temática não é nova. O passado dos meios de comunicação de massa registra grandes abalos em sua trajetória histórica, sempre em torno da entrada em cena de uma nova alternativa de transmissão de mensagens. Trata-se, então, de uma tomada de atitude que envolve alguns esclarecimentos.

A história do vídeo segue um pouco a trajetória de outras tecnologias de consumo afins. Não há como falar do nascimento do vídeo sem discorrer sobre o advento da televisão, graças ao esforço e empenho pessoal de Assis Chateaubriand (s.d.), considerado o pioneiro da comunicação de massa que inaugurou, em 1950, a era da informação eletrônica no Brasil.

Apesar de o elemento químico selênio ter sido descoberto em 1817, foi somente em 1873 que se comprovou a sua capacidade de transformar energia luminosa em energia elétrica, o que abriu caminhos, mais de cem anos depois, para a chamada “Era do Vídeo”. Isso ocorreu porque em 1924 nascera o iconoscópio – tubo de raios catódicos que pode ser considerado o precursor do atual tubo de vídeo.

Macedo, Falcão e Almeida (1988) relatam que foi em 1931 que os ingleses realizaram a primeira videoreportagem experimental, televisionando alguns eventos históricos. Os alemães deram um passo à frente em 1936, ao transmitirem a abertura e algumas competições das Olimpíadas de Berlim. Eram os primeiros e decisivos passos rumo ao aparecimento dos gravadores de som e imagem (videoteipes) no final da década de 1950, promovendo a primeira grande revolução da nova mídia.

Durante os dez primeiros anos de existência da televisão no mundo (1947-1957) não havia possibilidade de armazenar ou registrar sons e imagens em fitas magnéticas. Todos os programas produzidos e transmitidos pelas estações de televisão eram realizados somente ao vivo. Essa característica, fruto da até então inexistência do videoteipe, obrigava os profissionais da área de comunicação a desdobrarem-se em improvisos, a fim de assegurarem o melhor resultado possível. Vale destacar que a fase do improviso e da criatividade da televisão brasileira pré-videoteipe durou aproximadamente seis anos (1951-1957) e terminou, ao menos em parte, quando nascia a tecnologia que tornaria possível o armazenamento prévio da informação audiovisual: o videoteipe propriamente dito.

Em 1957 a empresa norte-americana Ampex, no auge de seu desenvolvimento tecnológico, criou um suporte magnético que já conseguia registrar sons e imagens simultaneamente. Dessa forma o videoteipe foi imediatamente incorporado por estações de televisão em todo o mundo, dando início a um redimensionamento dos modos de produção das imagens eletrônicas. Agora a televisão passava a desfrutar de tempo e segurança para “preparar o improviso”, buscando o aperfeiçoamento progressivo da qualidade visual em função do desenvolvimento tecnológico futuro (ALMEIDA, 1985). Em outras palavras, isso implica dizer que o videoteipe encerrou a fase das transmissões ao vivo na televisão, permitindo um desenvolvimento mais artístico e estético das programações.

Ressalte-se, nesse contexto, que a história econômica do vídeo vinha até então sendo escrita em inglês, de acordo com os padrões monopolísticos da indústria norte-americana que controlava toda a produção e comercialização dos equipamentos. Os japoneses, no entanto, apenas aqueciam suas turbinas, desenvolvendo em total sigilo, durante a primeira metade dos anos de 1960, projetos destinados a, no futuro, tornar o vídeo acessível aos consumidores.

Em 1966, a Sony lançou no mercado o primeiro aparelho de vídeo portátil, utilizando fitas de meia polegada, em termos de largura ou formato. Esse equipamento, além de sua indiscutível transportabilidade, gravava e reproduzia imagens em preto e branco. Nessa mesma época, a Sony e outras companhias japonesas, como a Matsushita, voltaram-se então para o mercado de educação e treinamento, onde esse tipo de equipamento obteve relativa

aceitação, a despeito de seus ainda elevados custos e alguns problemas operacionais. Frustrada a primeira tentativa de conquistar o mercado de massa com o equipamento de meia polegada, os japoneses debruçaram-se assim sobre a questão que lhes parecia mais grave naquele momento: o acondicionamento da fita em carretéis, complicando seu manuseio e dificultando o processo de edição de imagens.

A solução surge, portanto, em 1969, através de técnicos da própria Sony: o compartimento fechado para a fita, ou melhor, o *cassette* propriamente dito; cuja implantação definitiva proporcionou à fita de vídeo melhor manejo e segurança. Aos formatos¹ em uso na época, de meia e de uma polegada, juntava-se então o de três quartos de polegada (ou U-Matic), que viria a ser industrializado nos *cassettes* recém-descobertos.

Com a industrialização dos aparelhos U-Matic, o vídeo ensaiava os primeiros passos em busca de um mercado maior. Mais ágeis e assegurando um resultado “semiprofissional” aceitável, essas máquinas foram rapidamente assimiladas por agências de publicidade, instituições educacionais e núcleos de treinamento. Vale destacar que o crescente aprimoramento técnico da aparelhagem de três quartos de polegada, associado a um preço cada vez mais acessível, contribuiu para a paulatina aceitação desse equipamento em estações de televisão, sobretudo na América do Sul.

Estudos desenvolvidos por Marcondes Filho (1988, p.12) revelaram que “em 1975 a Sony lançou os primeiros aparelhos de videocassete domésticos em escala industrial – o Betamax (do japonês Beta Kiroku, que significa ‘novo sistema de gravação’), dando início igualmente ao que se convencionou chamar de *guerra de formatos*”. Nessa mesma época o U-Matic também foi destinado para uso doméstico, mas seu alto custo industrial inicial justificou seu aperfeiçoamento para aplicação em jornalismo eletrônico pelas emissoras de televisão dos Estados Unidos. Em 1977 foi lançado nos Estados Unidos a fita *cassette* de meia polegada (VHS) pela empresa Victor Company do Japão (JVC), concorrendo com a Sony no mercado dos sistemas de vídeo para uso doméstico. Assim, o videocassete doméstico conquistou o mundo e, principalmente, a indústria cinematográfica².

¹ Segundo Machado (1990) chama-se de “formato” o tipo da fita em uso por um equipamento, e as diversas classificações dizem respeito à “largura” da mesma. Assim, o formato de meia polegada ou VHS (*Video Home System*), em português *Sistema de Vídeo Doméstico*, utiliza a fita com essa largura; o U-Matic, uma fita de três quartos de polegada, e assim por diante. Logo, quanto maior a largura de uma fita melhor tende a ser a qualidade de registro e reprodução da imagem, porque há mais espaço para a propagação do sinal eletrônico de áudio (som) e vídeo (imagem).

² O aparecimento do videocassete doméstico produzido em larga escala e a exigência de se criar hábitos para sua utilização desenharam o perfil de uma quarta fonte de renda para o cinema. A possibilidade de gravar em fitas as obras cinematográficas e comercializá-las para o grande público como se fossem discos ou livros surgia como uma atraente alternativa econômica para os grandes estúdios. Os lançamentos de filmes em videocassetes se

No Brasil, as comemorações iniciaram um pouco mais tarde – como toda festa de rico, fechada, exclusiva. Os primeiros aparelhos de videocassete surgiram no país por volta de 1978. Eram essencialmente modelos VHS, adquiridos nos Estados Unidos e no Japão e introduzidos no território nacional através de “facilidades” alfandegárias.

Ferrés (1996) salienta que em março de 1982 foi estabelecido um verdadeiro divisor de águas dentro da história do vídeo no Brasil. Aproveitando a proximidade da Copa do Mundo e constatando a existência efetiva de um segmento de consumidores em potencial, a empresa Sharp lançou no mercado o primeiro videocassete nacional, utilizando o formato VHS. Essa iniciativa, seguida ainda no mesmo ano pelas companhias Sony e Philco, estabeleceram o início daquela indústria no país.

Por volta de 1984 começou a ser comercializado o VHS-C (fita compacta) para a filmadora *camcorder*, palavra em inglês que combina *câmera* com *recorder*. É a câmera, profissional ou doméstica, com fita embutida que permite ao usuário assistir à cena com som sincronizado sem esperar a revelação. Nesse mesmo ano, iniciou também a produção do Vídeo HQ (*High Quality*) de imagem para o VHS. Em 1987 houve, enfim, o lançamento do Super VHS, de alta resolução.

Considerando-se o fato de que vídeo envolve criatividade, tecnologia e cultura, tanto a dos filmes em vídeo disponíveis nas videolocadoras quanto a do registro familiar pelo método de gravação programada na qual o videocassete entra em operação “sozinho” na hora marcada, acreditamos que devido a seu crescimento vertiginoso ao longo da história da humanidade e, principalmente na década de 1990, com a introdução das novas tecnologias de videodisco e vídeo digital, o videocassete não seja mais encarado como modismo, uma vez que:

O vídeo não surge como um veículo destinado a disputar centimetricamente com o cinema a preferência das massas populares. Destina-se, em contrapartida, à unificação de um discurso fragmentado, servindo como uma alternativa de corporificação de um universo de códigos dispersos; um veículo capaz de socializar definitivamente a mensagem. O vídeo torna permanente a circulação da coisa filmada, visto que, na pequena tela, o inédito e o antigo fundem-se equilibradamente no agrado popular. Por isso, o vídeo não desponta como uma ameaça. Ao contrário, surge como um canal de dinamização do produto cinematográfico, ampliando o seu raio de amostragem e sintetizando a televisão e o cinema, mas sem jamais prescindir de ambos e atuando como elemento de interação nesse grande projeto de democratização do audiovisual. Muito mais do que um mero passatempo, o videocassete, como veículo de educação, informação e memória, transforma-se, gradativamente, em um instrumento extremamente viável para um projeto de

sucederam com uma velocidade assombrosa. Em pouco tempo praticamente todos os filmes produzidos em quase um século foram transportados para fitas de vídeo e comercializados sob a forma de venda ou aluguel.

preservação e difusão de som e imagem. (ANDRADE, SOLAREVICZ e SLOMPO, 1997, p. 22-23)

4 O USO DE VÍDEOS DIDÁTICOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ALGUNS CUIDADOS BÁSICOS

Este tópico tem como objetivo apresentar aos professores do Ensino Fundamental e Médio alguns procedimentos básicos a serem tomados para a utilização conjugada de TV/vídeo na escola, procurando destacar que o trabalho com esses dois recursos didático-pedagógicos em sala de aula deve ser precedido por uma discussão, mesmo que mínima, e uma busca de informações teóricas preliminares por parte dos educadores.

Vale destacar que o conjunto de considerações teórico-metodológicas aqui expostas não deve ser entendido como um “receituário” a ser seguido passo a passo para o uso de vídeos didáticos no processo educativo escolar, mas como um meio de balizar a reflexão e a análise crítica visando permitir aos docentes um melhor posicionamento diante das mídias tecnológicas, a fim de que possam utilizá-las com maior atenção e proveito em suas práticas pedagógicas.

4.1 FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA

Em linhas gerais, são três as principais fontes primárias de pesquisa para se obter vídeos educativos: as videotecas públicas e das universidades, as páginas virtuais dos canais educativos e das emissoras comerciais de televisão, e as fundações e institutos especializados na realização e no arquivamento de produções audiovisuais.

De acordo com Postmann (1994, p. 106) cada fonte primária de pesquisa tem seus próprios trâmites burocráticos, que devem ser observados a partir do contato das pessoas interessadas. São eles:

- a) As videotecas, em sua totalidade, exigem cadastro do usuário com a apresentação de documentos pessoais, fotografia etc. Nas universidades, geralmente o acesso é reservado às pessoas que apresentam algum vínculo na instituição. Isso deve ser averiguado, pois muitas vezes é preciso estabelecer alguns convênios interinstitucionais.
- b) As páginas virtuais das emissoras públicas são de livre acesso, e o pesquisador deve logo procurar as seções de vídeo quando já se tem o nome e o estilo do programa que se quer utilizar. Ali está todo o material disponível para a comercialização. Nesse espaço, também vale verificar a programação semanal: é um local onde se tem a noção do que estará em cartaz naquele período, servindo como uma espécie de agenda para preparar a gravação do programa. Também funciona

como um índice do estilo de vídeo, muito útil para aferir a utilidade ou não do produto em sala de aula. O mesmo procedimento deve ser adotado nas páginas das emissoras comerciais e, dependendo da disciplina curricular em questão, pode transformar-se num material de altíssima qualidade.

Quanto às fundações e institutos especializados, corroboramos com Martirani (2013) ao enfatizar a necessidade de que os usuários de vídeos didáticos conheçam o acervo de material disponível, a fim de que possam com maior tranquilidade e segurança escolher o tipo de vídeo mais apropriado para o alcance dos objetivos educacionais propostos: vídeo-documento, vídeo-ilustração, vídeo-comprovação, vídeo-avaliação entre outros.

Convém lembrar que muitas escolas públicas e particulares têm, mesmo que num pequeno espaço, uma videoteca que dispõe de manuais didáticos contendo a relação dos nomes de vários programas de vídeos educativos (alguns inclusive separados por áreas de conhecimento) para utilização em sala de aula por parte do professor, como é o caso, por exemplo, do “Guia de Programas da TV Escola”. (BRASIL, 2000).

4.2 BASES LEGAIS

Ferrés (1996) afirma que outra condição preliminar básica para pensar na exibição de audiovisuais em sala de aula diz respeito ao fato de se observar as questões jurídicas subjacentes e respeitar o regulamento referente aos direitos autorais.

A priori, usar parte de qualquer obra literária na versão impressa e/ou digital para finalidades educativas, desde que seja citada a fonte, não se constitui em crime. Por extensão, todo material captado de alguma outra forma e que não seja para utilização comercial e/ou fins lucrativos também está no campo de uso público, sem quaisquer restrições de veiculação. Todavia, o bom senso e a citação da fonte do material utilizado são procedimentos necessários para se evitar possíveis situações constrangedoras e desagradáveis aos usuários.

É interessante salientar ainda que os vídeos adquiridos nas emissoras de sistemas educativos normalmente já incluem a devida autorização para uso do recurso audiovisual em sala de aula. Isso, entretanto, não significa dispor de liberdade para reproduzir todo o material ou parte dele, sem a devida observância legal. É preciso, pois, atentar para essas questões!

4.3 INFORMAÇÕES VEICULADAS

Dentre outros fatores, também é importante que o professor conheça um pouco sobre o vídeo didático que será exibido em sala de aula. A primeira observação está logo na capa da caixa de vídeo, caso o mesmo seja uma fita de locadora ou de videoteca: a sinopse (o resumo) e a ficha técnica do filme.

Na sinopse, em geral um pequeno texto de, no máximo, cinco ou seis linhas, está a chave da validade ou não do recurso audiovisual a ser exibido. A ficha técnica deve ser lida com muita atenção, pois ali estão contidas informações importantes para que o usuário possa identificar os procedimentos de produção e a equipe de profissionais que elaborou o vídeo, principalmente quando se trabalha com vídeos da categoria dos documentários e dos “fatos históricos”, produtos de re-leituras a partir dos diretores de filmes.

Vários autores indicam procedimentos didático-metodológicos para a análise preliminar de recursos audiovisuais, com maior ou menor detalhamento dos múltiplos aspectos que envolvem as questões relacionadas às imagens em movimento. Dentre eles, pode-se citar Casetti e Di Chio (1999, p. 89-90) que apresentam alguns encaminhamentos básicos e práticos que devem permear toda a análise crítico-reflexiva que se queira fazer acerca de um audiovisual que usa o suporte vídeo:

1º) verifique a compatibilidade do sistema de gravação e o formato da fita com o do videocassete; 2º) coloque a fita no compartimento adequado e retroceda toda a fita (*rewind*), zerando, nesse ponto, o contador/relógio do videocassete. Para fazer isso, procure a tecla *counter reset* no painel de controle ou no controle remoto. Se não encontrar, tire a fita do aparelho e recoloque-a na sequência; 3º) comece a ver a fita. Anote o número/tempo de onde começa a primeira imagem do trabalho que quer mostrar. Faça a primeira seleção e localização das imagens na fita (decupagem). Atenção: não é a primeira imagem da fita de vídeo; 4º) veja, primeiramente, toda a fita, incluindo os créditos finais. Aproveite essa primeira vista para fazer anotações gerais sobre toda a obra e os tempos aproximados das partes que poderão ser úteis para a aula; 5º) repita o procedimento inicial e, a partir das anotações preliminares, volte para as partes que chamaram a atenção e assista a elas buscando os detalhes que serão importantes. Faça, nessa segunda vista, as anotações precisas do tempo de localização das imagens (decupagem), as observações sobre a importância da imagem/sequência e as relações com o conteúdo da aula. Se for importante, entre no detalhamento das direções dos movimentos das cenas, da participação dos atores, enquadramentos, cores da cena, enfim, detalhe ao máximo as partes que vai usar; 6º) aproveite, nesse tempo, para treinar a operação da fita com o controle remoto do videocassete. Isso será muito útil na hora de trabalhar na sala de aula. Mas não se esqueça de verificar a operação do equipamento que estará instalado na sala de aula, pois, às vezes, é melhor trabalhar diretamente no painel do vídeo do que com o controle; e, 7º) por fim, faça uma relação detalhada dos pontos que serão usados durante a atividade, caso o equipamento da aula seja operado por um assistente. Quanto maior a quantidade de informações (descrição da imagem/ação, tempo, dicas das falas etc.), menor é o risco de o assistente errar o ponto.

Esses procedimentos didático-metodológicos podem auxiliar sobremaneira o professor no momento de aprofundar o reconhecimento do recurso vídeo. No entanto, entendemos que

conhecer detalhadamente a fita de vídeo que será usada na aula é o fator primordial para o sucesso de toda a operação, uma vez que através dela o aluno tem a possibilidade de refletir e/ou criticar o conjunto de informações recebidas, o que favorece o estabelecimento de critérios de seletividade quanto aos programas exibidos pela televisão.

4.4 LINGUAGENS EMPREGADAS

Não é novidade dizer que a sociedade contemporânea é caracterizada pela multiplicidade de linguagens e por uma forte influência dos meios de comunicação e informação. Por isso, faz-se necessário que o professor entenda as linguagens do cinema, da TV e do vídeo para que possa assim identificar suas peculiaridades, potencialidades e limitações. Os educadores precisam estar preparados para utilizar a linguagem audiovisual com sensibilidade e senso crítico de forma a desenvolver, com seus alunos, uma alfabetização audiovisual.

Segundo Napolitano (2001; 2012) as técnicas básicas de filmagem, desenvolvidas pelos cineastas, deram origem à linguagem audiovisual. A TV, à guisa de exemplificação, apesar de ter herdado do cinema suas primeiras técnicas, possui hoje linguagem, ritmo e objetivos próprios bem definidos. Para o autor, uma diferença básica existente entre as obras de cinema e de televisão diz respeito ao fato de que enquanto o cinema produz mercadoria cultural que pode ser explorada durante vários anos, a televisão, em contrapartida, tende a produzir programas para serem consumidos no instante da sua difusão. Outra característica típica da linguagem da TV é basear-se em fragmentos de realidade e partes de informação com muita agilidade. Além disso, com o advento da transmissão via satélite, criou-se a possibilidade de a TV trazer para a sala de aula, em tempo quase real, outros povos e suas diferentes culturas.

Inicialmente concebido como um meio de divulgação do cinema, o vídeo é considerado a principal base de divulgação da linguagem audiovisual como um todo, pois ele tornou acessível o registro e a documentação histórica das produções audiovisuais; a facilidade de ver, rever e analisar um produto audiovisual; e a possibilidade de intervir parando, pausando, mudando o ritmo e até mesmo alterando uma sequência de imagens.

“O vídeo parte do concreto, do visível, do imediato, do próximo, ou seja, daquilo que nos toca os sentidos humanos. Por isso, provoca sensações através dos recortes visuais, do *close* e do som estéreo envolvente” (SÁ, 2000, p.10). Pelo vídeo sentimos e experienciamos

sensorialmente o outro, o mundo e nós mesmos. Além de explorar, basicamente, o ver, o visualizar, o ter diante de nós as situações, as pessoas, os cenários, as cores, as relações espaciais (próximo-distante, alto-baixo, direita-esquerda, grande-pequeno, equilíbrio-desequilíbrio etc.), o vídeo desenvolve também um “ver entrecortado” – com múltiplos recortes da realidade – e muitos ritmos visuais: imagens estáticas e dinâmicas, câmera fixa ou em movimento, uma ou várias câmeras, personagens quietos ou movendo-se, imagens ao vivo, gravadas ou criadas no computador entre outros.

Grosso modo, pode-se dizer que esse “ver” está situado no presente, mas que se interliga não linearmente com o passado e o futuro, uma vez que na maior parte das vezes está apoiando o falar, o narrar, o contar histórias. A fala aproxima o vídeo do cotidiano e de como as pessoas se comunicam habitualmente. Os diálogos, por sua vez, expressam a linguagem coloquial, enquanto o narrador “costura” as cenas e as outras falas, dentro de uma norma culta e padronizada, orientando a significação do conjunto. Isso implica afirmar que vídeo é também escrita, pois os textos, as legendas e citações aparecem cada vez mais na tela da TV, principalmente nas traduções de filmes estrangeiros.

Em outras palavras, o vídeo apresenta diversas formas de linguagem: sensorial, visual, falada, musical e escrita. São linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí a sua força! Elas nos atingem por todos os sentidos e de todas as maneiras possíveis. Portanto, televisão e vídeo acoplados nos seduzem, informam, entretêm, projetam em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços. Isso ocorre porque o vídeo combina a comunicação sensorial-cinestésica com a audiovisual, a intuição com a lógica e a emoção com a razão. Combina, mas começa pelo sensorial, pelo emocional e pelo intuitivo para atingir, posteriormente, o racional. Dessa forma, TV e vídeo encontraram o modo de comunicar-se com a maioria das pessoas, sejam elas crianças ou adultas. O ritmo torna-se cada vez mais alucinante, acelerado e contrastado (nos *videoclips*, por exemplo), multiplicando imagens, pontos de vista, cenários, personagens, sons, ângulos e efeitos especiais.

No que diz respeito a essa questão, Machado (1990) argumenta que vídeo significa também uma forma de contar multilinguística, de superposição de códigos e significações, predominantemente audiovisuais, estando mais próxima da sensibilidade do homem urbano e ainda um pouco distante da linguagem educacional apoiada no discurso verbal-escrito.

Apesar de o vídeo didático, assim como qualquer outro recurso pedagógico, apresentar certas limitações de uso em sala de aula, observa-se que a linguagem expressa por essa tecnologia audiovisual tem procurado responder atualmente à sensibilidade de grande parte de

seus usuários. São linguagens dinâmicas, que se dirigem mais à afetividade do que à razão. Dizemos isso porque as pessoas, em geral, leem aquilo que podem visualizar, precisando ver para compreender. Ou seja: lemos, vendo. Ademais, faz-se relevante destacar que a linguagem audiovisual desenvolve múltiplas atitudes perceptivas, pois solicita constantemente a imaginação e reinveste a afetividade com um papel de mediação primordial do mundo; ao passo que a linguagem escrita trabalha mais o rigor, a organização, a abstração e a análise lógica.

4.5 CONDIÇÕES DA SALA AMBIENTE

O uso do vídeo em sala de aula, independentemente de sua tipologia, exige de seus usuários a minuciosa escolha do material, a familiaridade com o equipamento e a precisa manipulação do produto a ser exibido. Em todas as propostas didático-metodológicas de aplicações desse recurso audiovisual na educação escolar, as condições preliminares da infraestrutura local são, em grande parte, praticamente as mesmas.

Do ponto de vista de Longhi (1985), o ambiente que receberá os equipamentos para a apresentação do vídeo didático não deve ser qualquer um. Ele precisa oferecer algumas condições básicas, as quais, quando não observadas, se transformam num cruel obstáculo para o afoito usuário. Isso se traduz num rápido esquema preparatório para a exibição do filme.

Para evitar possíveis complicações na utilização de vídeos didáticos na escola, é importante que o professor seja capaz de responder, afirmativamente, algumas indagações básicas, tais como: 1ª) O formato da fita de vídeo é o mesmo do equipamento? 2ª) O sistema (termo que define a codificação dos sinais eletrônicos) de reprodução é compatível com o da fita? 3ª) O videocassete reproduz o áudio no modo normal? 4ª) Ele é adequado ao sistema do televisor e/ou do projetor de vídeo? 5ª) A sala ambiente tem rede elétrica compatível com as especificações dos equipamentos? 6ª) Há tratamento acústico ou o equipamento tem potência de som suficiente para o ambiente? Note-se que essas são perguntas que envolvem questões meramente técnicas e que podem ser respondidas apenas com uma consulta ao corpo técnico da instituição escolar na qual será desenvolvida a atividade educativa com o vídeo.

Além disso, o segundo procedimento do esquema preparatório desenvolvido para a exibição de um vídeo é saber as condições de iluminação da sala ambiente. Como o vídeo é a reprodução luminosa de imagens, torna-se importante ter um local com pouca luz, regulada por meio de cortinas ou de um sistema de controle ao alcance do professor ou de um de seus

assistentes. Essa parece ser a melhor maneira de garantir uma boa exibição e a perfeita leitura daquilo que será mostrado na tela da TV.

De forma geral, pode-se dizer que a tomada de duas atitudes básicas podem garantir o sucesso de qualquer atividade educativa que envolva o uso conjugado de TV/vídeo como suporte: fazer um reconhecimento prévio do lugar onde será desenvolvido o encontro com os alunos e solicitar aos técnicos a instalação de equipamentos compatíveis com as condições físicas estruturais locais. Entretanto, isso não impede que o professor tome outros cuidados importantes que julgar serem necessários para se evitar possíveis problemas de utilização desses recursos audiovisuais.

4.6 QUALIDADE DE SOM E IMAGEM

Além das condições favoráveis da sala ambiente para a exibição de vídeos didáticos, Marcondes Filho (1988) também considera importante observar que quanto maior o ambiente, maior deverá ser a imagem. Fato semelhante deve, portanto, acontecer com o som: quanto maior a sala ambiente, mais complexo deverá ser o tratamento do áudio reproduzido; pois não há nada pior do que ver um vídeo sem som ou com uma péssima amplificação. Para prevenir problemas com o som e a imagem, torna-se interessante o usuário solicitar a instalação de projetores de vídeo e de aparelhos amplificadores e equalizadores de som.

5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO PRÁTICA DE VÍDEOS DIDÁTICOS NA ESCOLA E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICO-METODOLÓGICAS

De posse dos dados a respeito da aula a ser ministrada, cabe ao professor planejar antecipadamente o emprego de determinado vídeo educativo. Nesse planejamento é preciso levar em consideração as diferentes formas de utilização prática do vídeo e suas decorrentes implicações pedagógico-metodológicas.

Embora o vídeo esteja umbilicalmente ligado à televisão e a um contexto de lazer e entretenimento, esse recurso audiovisual implica, para muitos professores e alunos, descanso e não “aula” propriamente dita, o que modifica a postura e as expectativas em relação ao seu uso na escola. Isso significa dizer que precisamos, pois, aproveitar as expectativas positivas para atrair a atenção dos alunos para os temas/assuntos contidos em nosso planejamento

pedagógico (anual, semestral, bimestral, semanal e/ou diário). Mas, ao mesmo tempo, devemos saber que necessitamos também tomar alguns cuidados para estabelecer pontes de ligação entre o recurso vídeo, o professor, os alunos e aula em si.

Devido às inúmeras formas possíveis de fazer uso de vídeos didáticos em sala de aula, procuramos agrupar cada tipologia de vídeo de acordo com suas aplicações práticas. Contudo, não pretendemos aqui encerrar o debate numa classificação irreduzível dos estilos de vídeos existentes. Também não queremos desarticular a crítica sobre a (in)viabilidade de utilização desse recurso audiovisual no processo ensino-aprendizagem, pois sem a reflexão dos procedimentos didático-pedagógicos empregados não há como ter alternativas de avanços no campo educacional.

Grosso modo, pode-se dizer que os vídeos educativos apresentam uma vasta tipologia. Para cada tipo existe uma característica estética e uma correspondente forma de uso e aplicação prática. Parafraseando Moran (1991; 1995), em seus estudos desenvolvidos sobre a presença e utilização conjugada de TV/vídeo no processo educativo escolar, pode-se afirmar que é possível classificar os vídeos educativos em:

a) Vídeo como sensibilização: considerado o de uso mais importante na escola. Um bom vídeo pode ser um recurso interessante para o professor introduzir um novo conteúdo curricular e despertar a curiosidade e a motivação dos alunos para a aprendizagem. Isso facilitará o desejo de pesquisa nos educandos para aprofundar o(s) assunto(s) abordado(s) pelo vídeo referente à matéria em questão.

b) Vídeo como ilustração: pode ajudar a mostrar/elucidar o que se fala em aula, trazer a realidade para dentro da sala de aula, compor cenários desconhecidos dos alunos e situá-los no tempo histórico etc. É muito usado nas disciplinas da área de Ciências Humanas (quando se quer observar algum comportamento social ou apresentar um determinado evento), Ciências Exatas (quando se deseja analisar as características estéticas de uma determinada construção ou a disposição urbanística de uma parte da cidade) e Ciências Biológicas (quando se pretende mostrar algum tipo de vegetação). O centro da atenção é a imagem e não o conjunto narrativo das cenas. Permite o uso de imagens de vários vídeos (produtos) diferentes e exige exímio manejo do equipamento.

c) Vídeo como simulação: caracteriza-se como uma ilustração mais sofisticada. Pode, por exemplo, simular experiências que seriam perigosas de serem realizadas em laboratório, ou mesmo que exigiriam muito tempo e demandariam vários outros recursos.

d) Vídeo como conteúdo de ensino: procura abordar determinado assunto de forma direta (quando informa sobre um tema específico orientando a sua interpretação) ou indireta

(quando mostra um assunto permitindo abordagens múltiplas e/ou interdisciplinares sobre o mesmo).

e) Vídeo como processo de avaliação: empregado no sentido de avaliar o professor, os alunos e/ou o processo educativo como um todo. Talvez seja a forma mais complexa de uso do vídeo em sala de aula, pois exige a operação de um equipamento de captação (câmera) e um reproduzidor (videocassete). O processo se resume na gravação das ações pré-estabelecidas e exibição, quase imediata, das imagens. É útil para acompanhar o desenvolvimento de atividades que exijam postura corporal e de voz, precisão de movimentos e desinibição.

f) Vídeo como integração/suporte de outras mídias: como suporte da televisão e do cinema, o vídeo pode ser usado com o objetivo de gravar programas importantes da TV para utilização em aula. Ajuda a iniciar os alunos na linguagem audiovisual. O vídeo também pode ser usado interagindo com outras mídias tecnológicas como internet, discos de CD-ROM, videogames etc.

g) Vídeo como documentação e registro: professores e alunos podem documentar e registrar o que é mais importante para o seu trabalho (eventos, aulas, estudos do meio, experiências, entrevistas, depoimentos etc.), facilitando o desenvolvimento do processo educativo escolar. Funciona como elemento de reforço dos conteúdos teóricos abordados numa aula expositiva.

h) Vídeo como intervenção: o professor pode modificar um determinado programa audiovisual, acrescentando uma nova trilha sonora, editando o material de forma compacta ou introduzindo novas cenas com novos significados.

i) Vídeo como nova forma de expressão e comunicação: visa desenvolver a sensibilidade dos alunos e a produção de programas informativos e pesquisas em vídeo, numa determinada matéria ou num trabalho interdisciplinar, com uma dimensão moderna (meio de integrar diferentes linguagens) e lúdica (possibilidade de brincar com a realidade).

j) Vídeo como produção: possibilita contar em vídeo um determinado assunto. Ajuda a desenvolver pesquisas e realizar entrevistas com pessoas. Auxilia na elaboração do roteiro, da gravação, edição e sonorização de um filme, permitindo a sua exibição em classe e/ou em circuito interno. Mostra a diferença entre a intenção e o resultado final obtido.

k) Vídeo como espelho: permite fazer a análise de pessoas ou grupos e de seus papéis, a fim de observar os resultados com comentários de cada um sobre o seu desempenho e o dos outros. É útil para o professor examinar a sua comunicação com os alunos em termos de qualidade e possível imperfeição.

1) Vídeo como comprovação: parceiro que vai comprovar, corroborar, confirmar, mostrar atos e fatos verdadeiros. Possibilita a visualização de eventos e transmite credibilidade. É indicado para as situações em que se trabalha com conteúdos de Química, Engenharia, Arquitetura, Línguas Estrangeiras Modernas etc., cuja matriz curricular não permita variações. As operações aritméticas elementares básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão), por exemplo, podem ser melhor explicadas com o apoio do vídeo. Dois mais dois são quatro, e isso pode ser apresentado por um curto vídeo³ em que os elementos gráficos e objetos de cena sejam vistos um por um. O processamento dessa informação audiovisual será mais rápido a partir da corroboração do evento, mostrado pela televisão.

Além da possibilidade de se utilizar filmes da categoria educativos (ou didáticos), isto é, aqueles especificamente preparados para determinada área do programa curricular, o professor também pode usar em sala de aula alguns filmes do tipo complementares, ou seja, aqueles que possam trazer alguma contribuição adicional ao que está sendo ensinado, mas cujo conteúdo não está, necessariamente, enquadrado ou submetido ao programa curricular oficial. (ODORIZZI, 1996).

Diante disso, entendemos que o professor deve começar pela exibição de vídeos didáticos mais simples, fáceis, atraentes e próximos à sensibilidade dos alunos; para depois, em tempo oportuno, utilizar vídeos mais elaborados, ‘complexos’ e ‘difíceis’, tanto do ponto de vista temático quanto técnico. Atentar para essas questões é fundamental, pois pode ajudar o professor a minimizar o risco de fazer uso inadequado desse recurso audiovisual em sala de aula como:

- Vídeo-tapa buraco: exibir uma fita de vídeo quando surgem problemas inesperados, como no caso da falta do professor, por exemplo. Proceder dessa maneira, eventualmente, até pode ser uma estratégia viável, mas se for feito com frequência, desvaloriza o uso do vídeo e o associa – na cabeça do aluno – ao “não ter aula”.
- Vídeo-enrolação: passar um vídeo sem fazer relação com o conteúdo ensinado. O aluno percebe que o vídeo é usado como forma de “camuflar” a aula, podendo até concordar no momento, mas na realidade discorda do seu mau uso.

³ Para o trabalho com as quatro operações fundamentais da matemática (adição, subtração, multiplicação e divisão), sugere-se a utilização dos seguintes vídeos educativos do Programa TV Escola: *Professor corujão* (filme colorido elaborado pela *Interconnection* (EUA), em 1992, e composto por uma série de quatro programas em que as quatro operações aritméticas básicas são apresentadas por meio de diversas técnicas de animação com bonecos) e *Matemática para iniciantes* (filme a cores produzido pela Coronet – EUA, em 1982, e composto por uma série de quatro programas em que as quatro operações matemáticas fundamentais são mostradas por vários personagens de desenho animado, como o canguru-tabuada, por exemplo). Além desses, há inúmeros outros vídeos didáticos interessantes que o professor pode fazer uso para abordar o conteúdo em questão em sala de aula. (BRASIL, 2000)

- Vídeo-deslumbramento: o professor que acaba de “descobrir” o uso do vídeo na educação escolar costuma empolgar-se e passa fitas de vídeo em quase todas as aulas, esquecendo outras dinâmicas alternativas mais pertinentes. O uso exagerado do vídeo diminui a sua eficácia e empobrece as aulas.
- Só vídeo: não é satisfatório, didaticamente, exibir um vídeo sem discuti-lo com a classe, sem integrá-lo com o conteúdo abordado na aula e/ou sem voltar e mostrar aos alunos as cenas mais importantes e significativas do filme. (TORRES, 1998, p. 32)

Para que o professor não venha a utilizar de forma incorreta o vídeo didático em suas aulas, faz-se necessário tomar alguns cuidados básicos antes, durante e depois da exibição do filme; a saber:

Antes da exibição do filme, é interessante verificar a qualidade de som e imagem e as condições da sala ambiente e do equipamento audiovisual, informando aos alunos somente alguns aspectos gerais do vídeo (autoria, tempo de duração, premiação conquistada etc.). Durante a exibição, é viável que professor e alunos façam anotações sobre o conteúdo das cenas mais importantes do filme para a realização de discussões posteriores. Depois da exibição do filme, pode-se rever, se necessário, as cenas mais centrais e/ou de difícil entendimento, passando quadro a quadro as imagens correspondentes. Entretanto, é preciso ocorrer participação efetiva dos alunos na aula, cabendo ao professor apenas problematizar as situações. Se o vídeo for muito ‘complexo’, o professor deve exibi-lo uma segunda vez, chamando a atenção dos alunos para determinadas cenas, trilhas musicais, diálogos, efeitos especiais entre outros fatores.

Ainda nesse contexto, é de fundamental importância o professor levar em consideração alguns critérios quanto à escolha do vídeo a ser exibido, tais como: relação com o conteúdo a ser abordado; adequação ao tamanho da turma, à faixa etária e ao nível de conhecimento dos alunos; simplicidade (ser de fácil compreensão); precisão (conter dados corretos e de acordo com as teorias vigentes); facilidade de operação e manuseio; atratividade (possuir imagem nítida, volume adequado e legenda com letras grandes); validade (ter objetivo determinado); e pertinência didático-metodológica. No entanto, vale destacar que o uso de vídeos em sala de aula, por si só, não garante uma aprendizagem significativa por parte dos alunos. A mediação do professor é indispensável no processo educativo, uma vez que nenhum recurso didático-pedagógico, por melhor que seja, deverá substituir o papel do professor em sua função educativa. (SANTOS, 2011)

6 CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA EXIBIÇÃO DE VÍDEOS DIDÁTICOS NA ESCOLA: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Antes de exibir um vídeo didático em sala de aula é preciso verificar todas as suas possíveis potencialidades e limitações para o processo ensino-aprendizagem, pois é a partir dessa observação apurada que o professor desenvolverá com maior eficácia e eficiência as suas aulas.

Com o objetivo de auxiliar os docentes em seu trabalho pedagógico, convém apresentar algumas propostas de dinâmicas de análise para o uso conjugado de TV/vídeo no contexto educativo escolar, as quais foram idealizadas por Moran (2003) e por nós aqui parafraseadas do seguinte modo:

- Análise conjunta: as cenas mais importantes e significativas de um filme educativo podem ser comentadas pelo professor juntamente com os alunos.
- Análise globalizante: após a exibição de um filme, professor e alunos devem refletir criticamente sobre as ideias principais e os aspectos positivos e negativos do mesmo; bem como discutir sobre quais mudanças poderiam ser feitas no vídeo, se necessário.
- Análise linguística: busca verificar como a história foi contada no filme, que ideias ficaram claras e qual a mensagem passada, incluindo seu componente ideológico.
- Análise funcional: destinada a selecionar, antes da exibição do filme, algumas funções/tarefas e atribuí-las aos alunos, tais como: narrador, redator etc.
- Análise concentrada: realiza-se com o objetivo de escolher os melhores momentos e as cenas mais marcantes do filme para posterior discussão coletiva e análise crítico-reflexiva.
- Complementação do vídeo: exibe-se o vídeo até determinado ponto e os alunos o “completam” com o auxílio do professor.
- Modificação do vídeo: exibem-se vários vídeos sobre o mesmo assunto para posteriores edições.
- Comparação de versões: procura-se detectar e comparar os pontos de convergência e divergência de narrativas, versões e/ou adaptações de uma mesma obra para o texto escrito, cinema, discos de CD-ROM, fitas de DVD etc. É uma estratégia didática muito utilizada principalmente em aulas de Literatura Portuguesa e Literatura Estrangeira.
- Videodramatização: consiste na representação, pelos alunos, das cenas mais importantes e significativas do vídeo exibido.

De acordo com Guimarães (2001), Mandarino (2002) e Penteado (1999) alguns critérios de análise que precisam ser levados em consideração pelo professor para a exibição de vídeos didáticos na escola dizem respeito:

Ao programa em geral:

- O programa consegue criar expectativas e/ou despertar o interesse do espectador?
- Em que se baseia o interesse do programa? No tema abordado? Na maneira como é tratado?
- O vídeo foi produzido para fins educativos?

À mensagem:

- O tema é apropriado à linguagem audiovisual? O que a possibilidade de visualização acrescenta? * A temática pode ser desenvolvida de forma mais eficaz por intermédio de outras linguagens? Que outros tratamentos e enfoques podem e/ou devem ser acrescentados?
- Que conteúdos curriculares das diferentes disciplinas escolares são abordados? Os conteúdos são adequados ao currículo oficial e ao currículo da escola? E ao nível de compreensão dos alunos?
- A metodologia utilizada para a apresentação dos conteúdos está em consonância com um enfoque escolar?
- Os conteúdos correspondem a uma unidade completa, a alguns tópicos ou a um conjunto de unidades temáticas?
- A abordagem do tema é atual ou já existem novos enfoques, novas tendências? O tratamento dado aos conteúdos está atualizado?
- Há outros enfoques, outras tendências, abordagens ou descobertas científicas que precisam ser exploradas? Quais? De que forma?
- O programa possibilita o trabalho interdisciplinar? Com quais disciplinas?
- O tema e os conteúdos são adequados ao tratamento de temas transversais como sexualidade, ética, meio ambiente entre outros?
- A forma de tratar os conteúdos é adequada ao processo de ensino da escola?
- Todos os aspectos relacionados ao tema e/ou aos conteúdos foram abordados? Com qual profundidade e abrangência?
- A quantidade de informação é insuficiente/superficial, suficiente/adequada ou demasiada/complexa? Que complementos e/ou aprofundamentos são necessários?

À linguagem:

- Qual o tipo de linguagem empregada? Valoriza mais as imagens ou a linguagem verbal? A dimensão emotiva, a imaginação e/ou a sensibilidade? Comunica ideias por meio de emoções? Quais? Como?
- O vídeo utiliza adequadamente os recursos da linguagem audiovisual ou é apenas um discurso verbal ilustrado por imagens e acrescido de uma música de fundo? Utiliza efeitos sonoros para valorizar a mensagem e efeitos visuais (gráficos, animações, legendas etc.) para reforçar a mensagem?
- Os elementos da linguagem audiovisual (imagem, música, palavra falada e efeitos sonoros e visuais) são dosados e se complementam de forma eficaz evitando a monotonia e o cansaço?
- A estética das imagens atrai e é compreendida com facilidade, ou há subjetividades de difícil interpretação?
- A linguagem verbal é coloquial, regional, formal ou científica? Está ao alcance da faixa etária e do contexto social dos alunos? Será necessário um trabalho prévio com alguns termos usados para que o vídeo possa ser compreendido, ou a exploração do vocabulário pode ser feita após a exibição do filme sem perdas para a compreensão da mensagem?

Às concepções e à ambientação:

- Quais preocupações e práticas sociais podem ser identificadas no vídeo? Há relação com o cotidiano? As práticas sociais apresentadas são do conhecimento dos alunos ou devem ser exploradas? De que modo? São enfocadas de forma preconceituosa? Como?
- Há personagens? Se houver, que relações interpessoais são apresentadas (profissionais, de parentesco, amizade, amor e afeto etc.)? De que forma essas relações são tratadas? Existe preconceito? De que tipo?
- O programa explora apenas imagens de estúdio e animação ou apresenta imagens externas? Se há imagens externas, em que lugares se passam as cenas? Como esse ambiente é apresentado? Os ambientes apresentados são do conhecimento dos alunos ou devem ser explorados? De que modo?
- Como são tratadas as questões acerca das atitudes e dos valores sociais?

Ao aproveitamento didático-pedagógico:

- Qual a função básica do vídeo (informar, motivar, ilustrar, sensibilizar, fixar conteúdos, facilitar a compreensão, aplicar conteúdos em situações variadas etc.)?

- O vídeo foi concebido didaticamente? Há clareza e precisão no tratamento da mensagem (tema/conteúdo)? Existem erros conceituais? Os assuntos são encadeados com nível crescente de dificuldade?
- O vídeo possibilita ou suscita a comunicação e um trabalho posterior à exibição? Sugere, de alguma forma, a ampliação da informação por outros meios? Estimula a curiosidade, a pesquisa, a discussão e/ou a polêmica?
- A duração do vídeo permite que sejam planejadas as atividades complementares necessárias a uma verdadeira compreensão e exploração do tema/conteúdo e é adequada ao tema e à idade dos alunos? O tempo de duração de cada parte do vídeo é adequado ao conjunto da obra?
- O vídeo seria mais bem aproveitado se trabalhado em partes? Por quê? Há pontos de corte para se trabalhar o vídeo por partes? Quantos? Quais? Em que tempos da fita de vídeo?
- O vídeo valoriza o conhecimento prévio dos alunos? A cultura popular? Outros tipos de cultura? O espectador participa ou não da construção do conhecimento? Que procedimentos são usados? Que atitudes são valorizadas? Como o conhecimento é concebido?
- O programa de vídeo valoriza a exposição, a discussão, a prática/aplicação e/ou a crítica? Como o ato de estudar é concebido e estimulado?
- Caso o programa de vídeo seja de comunicação social (dirigido ao público em geral), como poderá ser utilizado para fins educativos?

Além dessas indagações, muitas outras ainda podem ser levantadas pelo professor no processo de seleção e análise de vídeos educativos que serão utilizados no planejamento de suas aulas. Tudo depende da criatividade, habilidade, competência, experiência profissional e do bom senso do professor. Assim como Schaun (2014), acreditamos que uma mudança de perspectiva pedagógica nos permite melhor entender a televisão, o vídeo e a instituição-escola como verdadeiros elementos culturais repletos de discursos, retóricas, linguagens, conteúdos próprios e espaços que se entrecruzam, direta ou indiretamente, na vida cotidiana de professores e alunos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que este artigo ia adquirindo forma e sentido, fortalecia-se cada vez mais a concepção de que, sendo o ser humano eminentemente visual, conforme afirma Baudrillard (2012), onde a visão tem papel preponderante em comparação aos demais sentidos humanos (audição, tato, paladar e olfato), o vídeo didático configura-se como uma importante tecnologia audiovisual para a prática da interdisciplinaridade na escola, uma vez que possibilita a fusão de diferentes conhecimentos e saberes de ordem multicultural.

Não se usa o vídeo para apresentar o convencional ou imitar a atmosfera da sala de aula. Fazer isso é subestimar totalmente a sua natureza. Ele torna-se um elo fundamental na medida em que surge como um terceiro elemento na relação professor-aluno, constituindo-se em forte recurso didático-pedagógico para a dinamização desse processo (LIMA *et al*, 1985). Contudo, é necessário ter consciência de que o vídeo e outras tecnologias educacionais não substituem, em hipótese alguma, o papel mediador do professor no processo educativo escolar.

Para trabalhar com vídeos didáticos na escola, os docentes precisam primeiro conhecer os audiovisuais em sua totalidade e saber quais são as suas reais potencialidades e limitações. A partir disso, devem selecionar o que é mais relevante para sua área ou disciplina, e depois assisti-los para a elaboração de seus planejamentos de aulas. É interessante também que o professor construa seu próprio roteiro de trabalho, procurando identificar quais conteúdos curriculares podem ser abordados numa perspectiva contextualizada e interdisciplinar, quais habilidades e competências devem ser desenvolvidas nos alunos e quais atividades didáticas podem ser realizadas a partir de vídeos.

Nesse processo, é fundamental que o professor também procure aliados, ou seja, outros professores da sua disciplina e de outras áreas (afins ou não) para, após assistirem aos vídeos, juntos iniciarem a elaboração do planejamento integrado da sua utilização em classe. Você já imaginou se cada professor fizer a exibição do mesmo vídeo para os alunos, procurando cada um destacar apenas o que se refere ao conteúdo da sua disciplina? Não seria mais produtivo discutir as possibilidades de trabalho conjunto, programar seções coletivas de professores para estudo, reflexão, debate e, a partir daí, trabalhar de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas curriculares?

Essa discussão ajuda a enriquecer o trabalho da equipe de professores, pois permite o compartilhamento de experiências e sugestões para assegurar o desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos em todas as áreas/disciplinas. Por isso, a eventual dificuldade de realização de uma determinada prática no cotidiano escolar não a desmerece como proposta. Pelo contrário. Serve de desafio na busca de outras possibilidades e, principalmente,

de melhores condições para a execução de um trabalho pedagógico eficaz e eficiente junto aos alunos.

Posto isto, vale destacar ainda que não foi nossa pretensão neste artigo esgotar as possibilidades de exploração de vídeos educativos na escola, nem tampouco fornecer “receitas pedagógicas prontas e acabadas” (até porque elas não existem!). Buscamos apenas apresentar algumas reflexões para o professor melhor selecionar, analisar e utilizar esse recurso audiovisual em sala de aula, a fim de tornar o ensino e a aprendizagem mais dinâmicos e significativos.

Espera-se assim que tenhamos conseguido desmistificar alguns tabus e estereótipos que gravitam em torno da presença e utilização de vídeos didáticos na educação escolar, bem como despertar nos educadores a consciência de que esse recurso audiovisual e outras tecnologias midiáticas são apenas meios auxiliares à conquista de uma Educação de melhor qualidade (MODRO, 2013); cuja origem e evolução histórica está diretamente vinculada às relações umbilicais estabelecidas entre sujeitos sociais, escola, políticas públicas educacionais e indústria cultural.

DIDACTIC VIDEO AS TECHNOLOGY AUDIOVISUAL: HISTORICAL ANTECEDENTS AND PEDAGOGIC- METHODOLOGICAL IMPLICATIONS

ABSTRACT

This article has as main objective to effect reflections on the didactic video as audiovisual technology in terms of its historical antecedents and its pedagogic-methodological implications in the pertaining to school education. For in such a way, initially some conceptual definitions of video are presented and a brief historical panoramic of this resource as audiovisual technology. After that, we weave referring commentaries to some basic cares for the use of didactic videos in the process teach-learning, particularly in what it says legal respect to the primary sources of research, legal basis, propagated information, used languages, conditions of the surrounding room and quality of sound and image. Finally, one search to bring to the quarrel concerns questions to the forms of practical use and the main criteria of analysis for exhibition of didactic videos in the school, in view of its pedagogic-methodological implications – potentialities and limitations – in this context.

Keywords: didactic video; television; audiovisuals resources; educational technologies.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. J. M. **O que é vídeo**. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, v. 63).

ANDRADE, I. J.; SOLAREVICZ, M. M. P. L.; SLOMPO, M. H. G. **Televisão, vídeo e computador:** telas como janelas educativas para o futuro. Ponta Grossa, 1997. 80 f. (Monografia de Especialização em Educação: fundamentos e metodologia – Universidade Estadual de Ponta Grossa). *mimeo*.

BAUDRILLARD, J. **Tela total:** mito-ironias da era do virtual e da imagem. 12.ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Cadernos da TV Escola:** guia de vídeos didáticos. Brasília: MEC, 2000.

CASSETTI, F.; DI CHIO, F. **Análisis de la televisión.** Barcelona: Paidós, 1999.

FERRÉS, J. **Vídeo e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GUIMARÃES, G. **TV e escola:** discursos em confronto. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 74).

JATALON, E. **Manual do vídeo.** São Paulo: Summus, 1991.

LIMA, F. B. *et al.* **Televisão & vídeo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LONGHI, J. T. **Manual do videocassete.** São Paulo: Summus, 1985.

MACEDO, C.; FALCÃO, A.; ALMEIDA, C. J. M. **TV ao vivo:** depoimentos. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, A. **A arte do vídeo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MANDARINO, M. C. F. Organizando o trabalho com vídeo em sala de aula. In: **Revista de Ciências Humanas.** Rio de Janeiro: Editora FRM, ano 11, n.1, p.1-11, 2002.

MARCONDES FILHO, C. **Televisão:** a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

MARTIRANI, L. A. O vídeo e a pedagogia da comunicação no ensino universitário. In: PENTEADO, H. D. (Org.). **Pedagogia da comunicação:** teorias e práticas. 10.ed. São Paulo: Cortez, p.151-195, 2013.

MODRO, N. R. **Cineducação:** usando o cinema na sala de aula. 4. ed. Joinville: Editora da UNIVILLE, 2013.

MORAN, J. M. **Como ver televisão.** São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

_____. O vídeo na sala de aula. In: **Revista Comunicação & Educação.** São Paulo: Editora da ECA/Moderna, n.2, p.27-35, jan./abr., 1995.

_____. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T., BEHRENS, M. A. (Orgs.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 7. ed. Campinas: Papyrus, p.11-65, 2003. (Coleção Papyrus Educação).

NAPOLITANO, M. **Como usar a televisão na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Como Usar na Sala de Aula).

_____. **Como usar o cinema na sala de aula.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2012. (Coleção Como Usar na Sala de Aula).

ODORIZZI, C. M. A. Videocassete: orientações para utilização didática no processo educacional. In: **Revista do Professor.** Porto Alegre: Editora CPOEC, ano XII, v. 12, n. 48, p. 15-18, out./dez., 1996.

PENTEADO, H. D. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

POSTMANN, N. **Tecnopólio.** São Paulo: Nobel, 1994.

ROMAN, A. E. Meios de comunicação como instrumento de dominação: a propaganda política de guerra. In: **Revista Publicatio UEPG.** Ponta Grossa: Editora da UEPG, ano 12, n. 1, p. 7-16, jun./2004.

SÁ, A. L. **A televisão e o vídeo na sala de aula.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

SANTOS, M. P. **Recursos didático-pedagógicos na educação matemática escolar: uma abordagem teórico-prática.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2011.

SCHAUN, A. **Educomunicação: reflexões e princípios.** 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

TORRES, V. S. O uso de vídeos como um recurso de apoio didático: exemplos da biologia. In: **Revista Tecnologia Educacional.** Rio de Janeiro: Editora ABT, ano XXVI, v. 26, n. 140, p. 30-36, jan./mar., 1998.

Recebido em 02 de outubro de 2014. Aprovado em 03 de dezembro de 2014.